



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. V (2004)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Arend de Roever, De jacht op sandelhout. De V.O.C. en de tweedeling van Timor in de zeventiende eeuw. Zutphen, Walburg Pers, 2002 [recensão]

André Murteira 

Como Citar | How to Cite

Murteira, André. 2004. «Arend de Roever, De jacht op sandelhout. De V.O.C. en de tweedeling van Timor in de zeventiende eeuw. Zutphen, Walburg Pers, 2002 [recensão]». *Anais de História de Além-Mar* V: 539-542. <https://doi.org/10.57759/aham2004.37796>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2004. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2004. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

AREND DE ROEVER, *De jacht op sandelhout. De V.O.C. en de tweedeling van Timor in de zeventiende eeuw*, Zutphen, Walburg Pers, 2002.

De jacht op sandelhout – de V.O.C. en de tweedeling van Timor in de zeventiende eeuw (A demanda do sândalo – a V.O.C. e a divisão de Timor no século XVII) é a publicação de uma tese de doutoramento da Universidade de Leiden, [1] da autoria de Arend de Roever, historiador holandês. O livro apresenta uma história da Companhia das Índias Orientais holandesa (a V.O.C. do título) em Timor e na região circundante no século XVII, baseando-se sobretudo em fontes manuscritas neerlandesas, embora recorra também a algumas fontes impressas noutras línguas, entre as quais algumas portuguesas. O interesse da obra para a história da presença portuguesa em Timor é evidente. Por isso, e como o neerlandês é um idioma pouco conhecido entre nós, achámos útil começar por resumir com algum detalhe o seu conteúdo nesta recensão.

Antes de entrar na história propriamente dita do «período holandês» de Timor, o autor procede ao levantamento e análise das poucas informações existentes sobre o sândalo e o seu comércio na era anterior à chegada dos europeus à região. Conclui que não possui fundamento a ideia corrente de que a madeira já seria abundantemente comerciada por chineses e outros asiáticos antes do século XVI, argumentando que o pouco trato que terá havido até à fixação dos portugueses na zona terá sido esporádico e de pequena escala (pp. 35-59). Descreve em seguida qual era a situação geográfica, étnica e social de Timor e das ilhas suas vizinhas, sobretudo de Solor. O que ressalta da descrição é a singularidade de Timor no contexto da região. Tratava-se de uma ilha muito mais fechada sobre si do que as outras, com um ambiente físico assaz doentio, pouco propício a forasteiros, e uma população comparativamente mais «primitiva» do que a das ilhas circundantes. Os timorenses nutriam ainda uma aversão profunda pelo mar, mantendo por isso poucos laços com o mundo exterior (pp. 61-96). Paradoxalmente, será por esta ilha tão enclausurada que as gentes vindas de fora da zona mais se irão interessar, por causa do sândalo que lá crescia quase exclusivamente. Sem o atractivo que ele representava, os portugueses não se teriam fixado na região por volta de meados do século XVI. Não deixa de ser significativo, porém, que tenham escolhido para base, não Timor, mas a mais sadia e hospitaleira ilha vizinha de Solor.

O forte português de Solor foi tomado pelas forças da V.O.C. em 1613. Depois da conquista holandesa das fortalezas portuguesas das Molucas em 1605, era a única posição portuguesa restante na Insulíndia e, como tal, um alvo natural. Sabe-se, além disso, que o responsável pela iniciativa, o primeiro governador-geral das Índias holandesas, Pieter Both, tinha instruções expressas para apoderar-se do comércio do sândalo, devido ao valor potencial da madeira no comércio inter-asiático, onde a V.O.C. pretendia investir a fundo. O facto de a chamada trégua dos doze anos (1609-1621) entre a Holanda e a Monarquia Hispânica já estar então em vigor não parece ter sido visto como relevante. Isto não deve ser motivo de admiração, pois na Ásia a trégua não impediu que holandeses e ibéricos se continuassem a guerrear regularmente.

Depois de um cerco de três meses, o forte rendeu-se e acordou-se que a comunidade portuguesa seria evacuada o mais cedo possível para Malaca. Até lá, ficaria instalada provisoriamente em Larantuka, na ilha vizinha das Flores. Bem cedo se percebeu, porém, que não tencionava arredar pé de lá e que a V.O.C. nada podia fazer contra tal. O coman-

dante holandês à altura do cerco foi mais tarde muito criticado por não ter forçado a evacuação aquando da rendição. Acresce que, para complicar as coisas, os portugueses parecia poderem contar com a lealdade das comunidades cristianizadas dos arredores (pp. 105-131). De qualquer maneira, os holandeses deixados no forte iriam ficar lá menos tempo do que esperavam. No fim de 1615, depois da visita de uma comissão de inquérito, foi decidida a sua evacuação. A razão principal para esta reviravolta tão brusca foi a preocupação com a concorrência inglesa na Insulíndia, que levou a que se achasse preferível concentrar recursos no porto javanês de Bantem (então a principal posição holandesa na Ásia) e nas ilhas das especiarias (os arquipélagos das Molucas e de Banda). Continuaram, porém, a realizar-se expedições anuais a Timor para comprar sândalo (pp. 133-168).

Tal como durou pouco o primeiro período de ocupação holandesa de Solor, durou também pouco o primeiro período de abandono. Em 1618, o famoso Jan Pietersz Coen, feito governador-geral, mandou proceder à reocupação do forte. Coen, que já estava na Ásia há uns anos, interessara-se desde cedo pelas potencialidades do comércio do sândalo e a sua insistência no regresso a Solor deveu-se à percepção do valor que o dito sândalo podia ter no comércio com a China, que tinha como prioridade desenvolver. Na década que se seguiu, a V.O.C. montou um circuito comercial original, assente na compra por baixo valor de ferro japonês, que era utilizado na manufatura de *parangs* (um tipo de machado) em Solor. Estes *parangs* constituíam a moeda de troca principal na compra do sândalo timorense, encaminhado depois para a China a troco de seda. Com a seda ia-se, no fim, comprar prata ao Japão, completando-se assim o círculo. Roever chama a atenção para a novidade que tal círculo comercial representou no contexto comercial asiático, demonstrando que a V.O.C. não se limitou a inserir-se nas rotas comerciais tradicionais já existentes, como às vezes se defende.

O facto, porém, é que este circuito acabou, a prazo, por não se revelar suficientemente viável, levando em 1629 o próprio Coen, que tinha sido seu o principal promotor, a aprovar uma segunda evacuação do forte de Solor. Por um lado, as ligações da V.O.C. ao mercado chinês no período foram demasiado acidentadas e a situação do mesmo mercado demasiado instável. Por outro, em Timor e arredores, a resistência dos portugueses e dos locais aos intuitos monopolizantes dos holandeses foi maior do que a esperada. Particularmente importante foi a actuação dos chamados *larantuqueiros*, ou *topazes*, os mestiços que formavam a maioria da comunidade portuguesa na região. A par dos missionários dominicanos, foram responsáveis pelo estabelecimento gradual de áreas de influência portuguesa no mundo até aí muito fechado dos reinos de Timor, sobretudo na sua costa norte (o processo incluiu o estabelecimento de ligações familiares entre linhagens de príncipes timorenses e clãs *topazes*). Neste contexto, a V.O.C. acabou por concluir que o comércio do sândalo não valia o esforço despendido para o conquistar, optando assim por novo abandono do forte (pp. 169-214). Em 1633, o abandono foi mesmo seguido da cessação das expedições comerciais à região, mas estas foram retomadas pouco depois.

Nos dezasseis anos que decorreram entre a segunda evacuação do forte de Solor e a sua segunda reocupação, em 1645, a política dos holandeses em relação à região e ao comércio do sândalo foi bastante errática, mas em 1642 começaram a abastecer-se da madeira junto dos próprios portugueses de Larantuca, uma opção lucrativa para ambas as partes (pp. 215-242). O arranjo comercial parecia estar a correr bem, quando a V.O.C. decidiu inesperadamente reocupar o forte, receosa de que, no novo contexto das tréguas luso-holandesas assinadas depois da Restauração, os portugueses, valendo-se da paz, fizessem de Larantuca uma segunda Malaca, perdida para os holandeses em 1641. É importante notar que é uma reocupação determinada já não por razões económicas, como em 1619, mas por razões políticas. Não se pretendia voltar a tentar conquistar o monopólio do sândalo, mas apenas impedir o fortalecimento de um poder rival numa região julgada estrategicamente importante devido à sua proximidade dos arquipélagos de Banda e das Molucas.

De regresso à região, os holandeses encontraram os portugueses em processo de expansão em Timor. Isto motivou, em 1650, a instalação dos próprios holandeses no mesmo Timor, na ponta ocidental da ilha, em Cupão, um reino aliado da V.O.C. que os portugueses vinham tentando subjugar. Note-se, no entanto, que, nessa fase, os holandeses não desejavam envolver-se em conflitos. Por exemplo, não só não mostraram nenhuns intuits monopolizantes quanto ao comércio do sândalo, como continuaram inclusive a comprá-lo a comerciantes portugueses. Mas a conduta cada vez mais agressiva dos portugueses e dos seus aliados contra os aliados da Companhia convenceu os seus responsáveis da inevitabilidade de um confronto, arrastando a V.O.C. para uma década de aventuras militares infrutíferas. Em 1657, já cansada de gastos inúteis, abandonou o forte de Solor, concentrando todos os seus recursos no novo forte de Cupão. Nem isso chegou, porém, para impedir que, um ano depois, um ataque dos portugueses e dos seus aliados devastasse decisivamente os dois importantes reinos pró-holandeses de Sombay e Amabi. Este evento teve consequências profundas pois fixou aquele que seria o mapa político da ilha até pelo menos o fim do século. Com a perda de força, reputação e terras daqueles dois reinos, a área de influência holandesa encolheu, ficando restrita à parte mais ocidental da ilha. O resto, onde crescia a quase totalidade do sândalo, ficou sob influência portuguesa (pp. 243-269).

A partir desta altura, a V.O.C. desinteressou-se de vez de Timor, onde os seus objetivos se limitaram desde então à manutenção de Cupão, para impedir que uma região tão próxima das posições-chave de Banda e Amboíno caísse integralmente em mãos alheias. Esta situação ficou ainda mais clara com a expulsão dos holandeses de Taiwan, em 1661, facto que tornou Timor economicamente ainda mais irrelevante para a Companhia (Taiwan tinha sido a sua porta de acesso ao mercado chinês, principal consumidor do sândalo). De qualquer maneira, desde 1659 que tinha passado a comprar a quase totalidade do seu sândalo aos portugueses. Do lado destes, assistiu-se à ascensão de António de Hornay, neto de um desertor holandês que se fixara nos anos 20 em Larantuca, dando origem a um poderoso clã de topazes. Recorrendo a métodos por vezes muito violentos, Hornay consolidou o poder dos larantuqueiros sobre Timor, que tornou num feudo próprio, com excepção de Cupão e adjacências. Roever compara-o aos actuais senhores da guerra afegãos. Incapaz de admitir outra autoridade que não a sua, fez escorraçar todos os capitães oficiais nomeados para a região. Goa acabou por desistir de submetê-lo, escolhendo antes nomeá-lo para capitão e reconhecendo com isso quem mandava de facto no território. Hornay morreu em 1693 e só depois dessa data o Estado da Índia pôde, a prazo, retomar algum controle sobre os portugueses da região. Por então, o sândalo da ilha começara entretanto a escassear, vítima de décadas de abate descontrolado (pp. 279-291).

O resumo poderia ser mais exaustivo, mas cremos que basta para dar uma ideia da riqueza informativa das fontes utilizadas por Roever. Quem conhece a historiografia portuguesa sobre Solor e Timor nos séculos XVI e XVII, sobretudo o trabalho de Artur Teodoro de Matos, sabe que as poucas fontes portuguesas disponíveis são muito mais pobres, dando apenas uma imagem vaga e fragmentada dos eventos do período. Os pormenores que fornecem sobre a história dos holandeses na região são especialmente escassos e isso fez com que os historiadores portugueses tivessem um conhecimento muito imperfeito do assunto. O livro de Roever permite preencher este vazio de informação. Graças a ele, ficamos a saber que a zona a princípio atraiu a V.O.C. por razões económicas, mas que os proventos da sua entrada no comércio do sândalo se mostraram aquém do esperado, levando-a a desinteressar-se. Quando voltou em força à região, fê-lo sobretudo pelo que entendeu ser o seu valor estratégico, não por intuits comerciais. Depois das aventuras militares inúteis dos anos 50, achou que uma presença reduzida ao mínimo em Cupão seria suficiente para garantir os seus interesses, que se limitavam agora a impedir que a zona pudesse cair integralmente nas mãos de estranhos. Se se retirou da corrida ao sândalo, passando a comprá-lo todo aos portugueses depois de 1659, foi, claramente,

porque já não lhe atribuíam importância de maior (se a madeira contasse tanto para os holandeses como contavam o cravo das Molucas e a noz-moscada de Banda, de certeza que se teria assistido a uma escalada do conflito em Timor comparável àquele a que se assistiu naqueles dois arquipélagos, onde, como é sabido, a V.O.C não poupou esforços para monopolizar o comércio das especiarias). Quanto aos portugueses, Roever mostra como, sediados em Larantuka após a sua expulsão de Solor, lograram, a prazo, construir para si uma posição dentro do próprio Timor, de acesso tão difícil. Isto já era sabido entre nós, mas não o era a maneira como tinham conseguido monopolizar por completo o comércio do sândalo depois de 1659, passando a fornecer a própria V.O.C..

Discípulo de Leonard Blussé, Roever é, como ele, um historiador com talento narrativo. Uma das principais qualidades do seu livro é sem dúvida a maneira como junta a competência académica típica da escola de Leiden [2] com a legibilidade a que nem todos os historiadores, infelizmente, cuidam sempre de aspirar. Permitimo-nos, no entanto, dois reparos. O primeiro é o tratamento cursório das últimas quatro décadas do século XVII, resumidas numa breve doze páginas. É verdade que parece ter sido uma época muito estável do ponto de vista da V.O.C., mas de certeza que haveria mais a dizer sobre o período. O segundo é o conhecimento deficiente da historiografia da presença portuguesa na Ásia. Este é de lastimar porque a posição portuguesa na região de Timor é um típico caso do que Luís Filipe Thomaz designou como «colónias espontâneas», núcleos populacionais estabelecidos de moto próprio por portugueses à margem das iniciativas oficiais da Coroa (no caso de Solor e Timor, uma mescla de missionários e mercadores) e posteriormente integrados, pelo menos formalmente, no Estado da Índia. Em muitos casos, porém, o poder do Estado sobre tais colónias foi sempre muito débil, para não dizer por vezes fictício, exactamente como em Timor no tempo de Hornay e mesmo antes (note-se que Hornay não foi o primeiro a expulsar capitães enviados por Goa; os missionários dominicanos já o tinham feito antes; aliás, ao princípio eram até eles quem escolhia os capitães do forte de Solor). Nomear alguém como Hornay para capitão-mor de Timor, e não um funcionário do estado propriamente dito, não era uma medida completamente excepcional: aconteceu outras vezes Goa resignar-se a nomear notáveis locais para capitães deste tipo de comunidades, reconhecendo-os assim tacitamente como os detectores [3] do poder efectivo nas regiões em questão. Pedia-se que Roever, ao tratar da comunidade larantuqueira, se mostrasse mais informado sobre este contexto histórico, com o que o seu livro só teria a ganhar. cremos, contudo, que tais lacunas não obscurecem as evidentes qualidades do seu estudo. Esperamos por isso que, como está anunciado, ele seja traduzido em breve para inglês, para que um público mais alargado o possa ler.

ANDRÉ MURTEIRA

Mestrado de História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa;
investigador do Centro de História de Além-Mar da FCSH-UNL.

GAVIN MENZIES, *1421 – O ano em que a China descobriu o mundo*, tradução de Maria Eduarda Colares, revisão técnica de Paulo Jorge de Sousa Pinto, colecção Temas de Hoje. Reflexão – 1, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004, 446 pp.
ISBN 972-20-2471-X

Gavin Menzies, oficial da Royal Navy na reserva, tomou como ponto de partida para este livro um conjunto de factos históricos há muito conhecidos. A sua referência principal é a figura do almirante Zheng He (1371-c. 1435), o célebre navegador chinês de origem